



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1003252-53.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI**
 Requerente: **José Carlos Pelicola**
 Requerido: **Unesp**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Dispensado o Relatório, na forma do artigo 38 da Lei nº 9.099/95.

Rejeito a preliminar de *incompetência* oposta pela autarquia. É certo que a Universidade Estadual Paulista – *UNESP*, por ser Autarquia Estadual, compõe o corpo da Administração Pública com aptidão para ter suas demandas judiciais conhecidas e julgadas por Varas com competência especializada às Fazendas Públicas. Portanto, o comando específico constante da lei processual civil exige o processamento no local do cumprimento da “obrigação”, comando que se harmoniza com a regra que fixa a competência no local da “sede” da entidade do direito público, posto que o Estado ostenta “sede” em todas as Comarcas que possua “repartição pública” ou “representatividade”. Aliás, a requerida tem unidade nesta Comarca. Por fim, é de se enfatizar que a jurisdição deve ser disponibilizada de forma a facilitar o acesso e instigar a celeridade, pressupostos que recomendam a fixação da ação na Comarca onde a obrigação deve ser satisfeita.

Superada a preliminar, consigno que o presente feito
1003252-53.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

comporta julgamento no estado em que se encontra, uma vez que não há necessidade da produção de provas em audiência.

No mérito, a ação é improcedente.

Inicialmente, a divergência refere-se à base de cálculo do adicional por tempo de serviço e sexta parte, já que o autor auferia tais verbas.

Estabelece o art. 129 da Constituição Estadual que:
“ao servidor público estadual é assegurado o recebimento do adicional por tempo de serviço, concedido no mínimo por quinquênio, e vedada a sua limitação, bem como a sexta-parte dos vencimentos integrais, concedida aos vinte anos de efetivo exercício, que se incorporarão aos vencimentos para todos os efeitos, observado o disposto no art. 115, XVI, desta Constituição”.

Embora em uma primeira interpretação se possa entender que os “vencimentos integrais” devem ser utilizados para cálculo somente da sexta-parte, fato é que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo vem se posicionando de maneira diversa e que se reputa fundada e correta, como esclarece o trecho extraído do v. Acórdão proferido pela Décima Segunda Câmara de Direito Público, nos autos da Apelação n.º 994.09.372120-2, Relator o ilustre Desembargador Burza Neto, j. em 31.03.2010:

“...No que se refere ao adicional por tempo de serviço (quinquênio), deve igualmente incidir sobre o salário base e as vantagens efetivamente recebidas, exceto as eventuais e o valor correspondente à sexta-parte.

A Lei Estadual n.º 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos), em seu artigo 127, assim dispõe:

'Art. 127 – O funcionário terá direito, após cada período de 5 (cinco) anos, contínuos, ou não, à percepção de adicional por tempo de serviço, calculado à razão de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento ou remuneração, a que se incorpora para todos os efeitos.'

A questão que se coloca origina-se na interpretação do artigo 129 da Constituição Estadual que, em sua redação atual, estabelece que a sexta-parte deve ser calculada sobre os vencimentos integrais, não fazendo nenhuma referência à base de

1003252-53.2018.8.26.0037 - lauda 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

cálculo dos quinquênios.

Com efeito, observa-se que o texto constitucional paulista apresenta problema de redação ao não mencionar sobre quais verbas deve incidir o quinquênio, dando a impressão que somente a sexta-parte é que deveria ser calculada sobre os vencimentos integrais.

Na realidade, não foi essa a intenção do legislador. Vale dizer: a orientação assentada para a sexta-parte aplica-se integralmente ao quinquênio, dada a identidade entre os benefícios, ou seja, a base de cálculo para a incidência tanto da sexta-parte como do quinquênio corresponde ao vencimento padrão mais as vantagens efetivamente recebidas, salvo as eventuais.

Além disso, a Lei Complementar n.º 712/93, em seu artigo 11, inciso I, é bem clara ao dispor que o benefício referido deve ser calculado sobre o valor dos vencimentos (no plural):

...

Ressalte-se, ainda, ser manifestamente incoerente a incidência do quinquênio apenas sobre o salário base, pois este representa uma parcela muito pequena do total da remuneração do servidor. Ademais, tal interpretação afigura-se compatível com a natureza do benefício e com o sentido do texto que o instituiu, servindo inclusive para reparar estas irregularidades criadas pela Administração, tendo em vista ser notório que os aumentos do funcionalismo público normalmente vêm disfarçados na forma de adicionais, gratificações e outras vantagens...”.

Assim, o adicional por tempo de serviço incide sobre o salário base do servidor, acrescido das demais parcelas desde que incorporadas, excluídas as gratificações e as verbas de caráter transitório. Vantagens não incorporadas não podem servir de base cálculo para o quinquênio.

Não incide, por sua vez, na base de cálculo, o benefício da sexta-parte, já que não pode ser computado para fins de concessão de outras vantagens da mesma natureza, nos termos do que dispõe o art. 115 da Constituição Federal: “os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores sob o mesmo título ou idêntico fundamento”.

Nos termos do v. Acórdão, o adicional por tempo de serviço deve ser calculado sobre os vencimentos do servidor, considerando-se as verbas permanentes, de caráter não transitório e cujo cômputo não é expressamente vedado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Enfim, nesta linha de raciocínio, nenhuma incorreção denota na forma como é calculada ao adicional por tempo de serviço, bem como a sexta-parte em favor do autor, mesmo porque deixa de indicar sobre quais verbas pretendia a incidência do calculo do quinquênio e sexta parte.

Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** o pedido.

Custas, despesas processuais e honorários advocatícios na forma da Lei nº 9.099/95.

P.I.C.

Araraquara, 20 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**